

JORGE G. CASTAÑEDA

Amanhã para sempre

O México contemporâneo e seus desafios

Tradução

Luiz A. de Araújo



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2011 by Jorge G. Castañeda
Tradução publicada mediante acordo com Alfred A. Knopf, uma divisão da
Random House, Inc.

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Título original

Mañana Forever?: Mexico and the Mexicans

Capa

Mariana Newlands

Foto de capa

Foto da Cidade do México: Latinstock/ Carlos Cazalis/ Corbis

Foto do homem com sombrero: Latinstock/ Karen Hunt/ Corbis

Preparação

Cacilda Guerra

Índice remissivo

Luciano Marchiori

Revisão

Carmen T. S. Costa

Jane Pessoa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castañeda, Jorge G.

Amanhã para sempre : o México contemporâneo e seus
desafios / Jorge G. Castañeda ; tradução Luiz A. de Aratijo — 1ªed. —
São Paulo : Companhia das Letras, 2013.

Título original: Mañana Forever? : Mexico and the Mexicans
ISBN 978-85-359-2253-0

1. Características nacionais mexicanas 2. México — Civilização
3. México — Vida social e costumes I. Título.

13-04409

CDD-972

Índice para catálogo sistemático:

1. México : Civilização : História 972

[2013]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

Fax: (11) 3707-3501

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

Sumário

<i>Agradecimentos</i>	9
<i>Prefácio</i>	11
1. Por que os mexicanos são ruins em futebol e não gostam de arranha-céus	32
2. Enfim: uma classe média mexicana	73
3. Vítimas e inimigos do conflito e da competição	125
4. Finalmente, uma democracia mexicana	163
5. O poder do passado e o medo ao estrangeiro	193
6. Enfim: uma sociedade aberta, uma economia aberta, uma mente aberta?	221
7. Leis ilusórias, cinismo sem lei	253
8. A lei da terra ou a terra da lei?	286
9. O futuro em tempo real	328
APÊNDICES	
1. Brasil, México e o conceito de América Latina	363
2. América Latina e o narcotráfico	378

<i>Notas</i>	395
<i>Índice remissivo</i>	419

1. Por que os mexicanos são ruins em futebol e não gostam de arranha-céus

Os traços mais salientes do caráter nacional do México fazem parte de um turbilhão de diferenças e semelhanças com outros países. Isso pode servir de ferramenta comparativa inicial para ressaltar atitudes e práticas que unem a maioria dos mexicanos e os distinguem dos outros. Podemos começar pela prova anedótica de uma tragédia mexicana conhecida de todos os fãs do futebol do país, ainda que inconscientemente, mas com dor e tristeza. E também com toda a razão.

Durante os Jogos Olímpicos de 2008 em Pequim, Juan Villoro, um dos mais destacados membros de uma nova geração de romancistas (ele tinha 48 anos em 2010, ao passo que o merecidamente reconhecido decano dos escritores mexicanos vivos, Carlos Fuentes, completou 82 em maio de 2010 e publicou seu primeiro romance há mais de meio século), assim como um dos mais articulados cronistas esportivos, escreveu um artigo sobre um dado cidadíssimo acerca do desempenho atlético mexicano. Lamentou que o México, mais uma vez, tivesse se saído mal na China, se bem que, como de costume, tivesse fracassado menos vergonhosamente

nos esportes individuais do que nos coletivos. Tae kwon do e saltos ornamentais foram as únicas modalidades em que essa nação de 112 milhões de habitantes e PIB per capita de quase 15 mil dólares em paridade de poder de compra (PPC) obteve medalhas (duas de ouro na primeira, uma de bronze na segunda).¹

Villoro reafirmou uma conclusão empiricamente demonstrável que Alan Riding já havia observado em seu clássico *Distant Neighbors* [Vizinhos distantes], de 1985. “O mexicano”, deplorava ele, “não é um jogador de equipe: no esporte, distingue-se no boxe, mas não no futebol, no tênis, mas não no basquete.”² Riding se referia a um punhado de estrelas do pugilismo do passado (Rodolfo Casanova, Kid Azteca, Vicente Saldivar, Rubén Olivares e Pipino Cuevas) e, profeticamente, a Maromero Páez e Julio César Chávez naquilo que então era o futuro, assim como aos astros do tênis Rafael Osuna e Raúl Ramírez nas décadas de 1960 e 1970. Também podia ter aludido a outra atividade individual em que o desempenho dos mexicanos é extraordinário, conquanto nem todos a considerem um esporte: a tourada, na qual o México desafia repetidamente a Espanha como o melhor e o mais bravo. Desde que o ex-correspondente do *New York Times* escreveu essa generalização lapidar, os mexicanos não fazem senão confirmá-la reiteradamente. O México nunca foi além das quartas de final na Copa do Mundo de futebol, embora seja o único país do “Terceiro Mundo” que sediou duas vezes o “*Mundial*”. Jamais se aproximou da República Dominicana, de Porto Rico, da Venezuela, do Panamá ou de Cuba no fornecimento de craques para a Major League Baseball, apesar do sucesso de Beto ou Bobby Ávila com o Cleveland Indians de 1954 e de Fernando Valenzuela com o Los Angeles Dodgers de 1981. E sempre se deu mal nas competições internacionais de beisebol, inclusive nos Jogos Olímpicos. Acabamos sistematicamente derrotados na Série do Caribe de times locais ou no Clássico Mundial de Beisebol

de seleções nacionais, apesar de sermos um país incomparavelmente maior e mais rico que os citados.

Nossos dois atletas destacados nas décadas de 1980 e 1990 e no início do século XXI, o atacante de futebol Hugo Sánchez, residente na Espanha, e a recordista na prova dos quatrocentos metros Ana Gabriela Guevara, eram estrelas altamente individualistas, enquanto o país continuava a decepcionar os fãs em todos os torneios internacionais de futebol e nas Olimpíadas. Desde os Jogos Olímpicos de 1900, os primeiros de que participou, o México ganhou um (lastimável) total de 55 medalhas (de ouro, prata e bronze), das quais 47 em competições de esportes individuais e oito em coletivos.³ Em 2010, a única atleta mexicana de alta categoria era Lorena Ochoa, em muitas classificações a jogadora de golfe número um do mundo: uma competidora altamente individualista em um esporte individualista por excelência.

Os grandes clubes de futebol da América do Sul, fundados no fim do século XIX e no início do XX, foram trazidos ao Novo Mundo pelos ingleses e copiaram muitas de suas características. Times como o River Plate (fundado em 1901) e o Boca Juniors (1905), de Buenos Aires, o Peñarol (1913), de Montevideu, o Colo-Colo (1925), do Chile, e, no Brasil, o Palmeiras (1914), o Flamengo (1895) e o Santos (1912), que meio século depois foi o time de Pelé, eram essencialmente redes sociais. Todos tinham sócios, alguns com mais influência que outros. No clube, alguns faziam carreira futebolística, e havia acesso gratuito ou com descontos consideráveis aos jogos. Mas eles gozavam de muitos outros benefícios: instalações esportivas, atividades sociais (por exemplo, de arrecadação de fundos), escolas especiais e equipes infantis para os filhos dos sócios, assim como “escolinhas” de futebol. Em suma, não eram meros clubes esportivos como nos Estados Unidos, e sim clubes sociais em que os imigrantes (principalmente italianos

na Argentina, no Uruguai e em São Paulo) interagiam e funcionavam como sociedades de ajuda mútua.⁴

No México, isso praticamente nunca ocorreu, pelo menos até muito recentemente e a duras penas. Os times de futebol mexicanos mais antigos, o América e o Necaxa, na Cidade do México, ou o Chivas, de Guadalajara (fundado em 1906, embora o futebol profissional só tenha começado em 1943), não passavam disso: times de futebol. Não havia sócios, muito menos benefícios, outras atividades nem redes sociais. Tanto que alguns até mudavam de cidade (como os times de beisebol e de futebol americano nos Estados Unidos). Quando muito, havia torcidas mais ou menos organizadas que ocupavam determinados lugares no estádio. Só nos últimos anos, ou há um século no caso do Atlas e do Pachuca, alguns times (principalmente o América e o Guadalajara) — e, anteriormente, o Pumas da Universidade Nacional, inaugurado como equipe profissional em 1954 — fundaram algo parecido com o que os sul-americanos criaram um século antes, especialmente times infantis e juvenis e instalações esportivas.⁵ É bem verdade que não havia imigração ou presença britânica comparável no México daquela época (ou nenhuma outra no tocante a isso), mas a explicação é insuficiente. É mais provável que os fãs mexicanos não gostem de se sociabilizar coletivamente. Preferem assistir aos jogos em casa, na televisão (desde a década de 1960), ou limitam sua devoção a ir ao estádio: nem mais nem menos. Se fosse para insistir, poderíamos tomar o exemplo da luta livre. Talvez em lugar nenhum, nem mesmo na América Central, esse “esporte” ou “jogo” seja mais popular do que no México.

Se recuarmos até a era pré-colombiana, encontraremos confirmação dessa tendência individualista, assim como indícios de que a fraqueza nos esportes coletivos se agravou com a posterior conquista espanhola de outros povos no território hoje conhecido como México — embora não tenha sido inventada por ela. Existia,

sim, um espírito coletivo nas comunidades atlético-religiosas dos maias, náuatles e mexicas, mas muito escassamente.* Ele se restringia a alguns rituais, regimes de propriedade fundiária e atividades militares. Segundo as inscrições decifradas nas antigas arenas esportivas do sítio arqueológico de Chichén Itzá, em Iucatã, nos sítios de Taltilco, nas imediações do lago Texcoco, em San Lorenzo, o mais arcaico sítio olmeca, na atual Veracruz, e principalmente no sítio de Tajín, também em Veracruz, de onde provavelmente procede a maior parte das outras representações ou estádios, o famoso “*juego de pelota*” ou “jogo de bola” era tanto coletivo quanto individual. Dois times, originalmente representando o mundo subterrâneo e o céu, se enfrentavam para determinar o destino da vida e da civilização locais, mas são frequentes as referências aos times que os identificam unicamente pelo capitão em campo. No sítio de Tajín, há um baixo-relevo em que, como descreve Octavio Paz, é possível distinguir claramente o sacrifício humano do capitão da equipe derrotada; em outra representação no mesmo sítio, vemos um jogador decapitado com sete serpentes a lhe saltarem do tronco mutilado; há outra figura degolada em Chichén Itzá. Embora nem todos os arqueólogos concordem, muitos opinam que o capitão do time perdedor era prontamente decapitado pelo líder do vencedor. Assim, a natureza altamente individual das consequências da derrota enfatizava a natureza individual da competição.⁶ É possível que o capitão representasse a equipe e pagasse pelo fiasco de todos os seus membros, mas esse é o xis da questão: a punição era individual, ainda que representativa.

* O nome México provém da civilização mexica, que, segundo a mitologia fundacional da cultura mexicana, se estabeleceu em Tenochtitlán, onde, depois de errar durante muitos anos pelo deserto nortista, encontrou uma águia comendo uma serpente.

Num âmbito igualmente anedótico, mas de modo algum insignificante, o primeiro “mexicano”, no sentido atual da palavra (no século XVI, somente os astecas eram mexicanos), pode não ter sido, como quer a lenda, Martín Cortés, o segundo marquês do vale de Oaxaca, filho de Hernán Cortés com sua amante-intérprete e concubina Marina ou La Malinche. Na verdade, os “primeiros mexicanos”, no sentido de primeiros *mestizos*, foram os filhos do expedicionário espanhol Gonzalo Guerrero, nascidos uma década antes na costa oriental de Iucatã; e mais: Cortés tinha dois filhos, ambos chamados Martín, um ilegítimo com Marina, outro do casamento com sua esposa espanhola, que herdou o título nobiliárquico.

Mas a primeira mexicana verdadeira foi a própria Marina, uma índia maia que soube ganhar a confiança de Cortés, traduzir e explicar-lhe a natureza dos desafios que tinha pela frente, consolá-lo quando as coisas iam mal e estimulá-lo quando melhoravam. Enfim, foi não só a mãe de seus filhos e a mulher que dormia em sua cama como também, o que é importantíssimo, sua mais chegada conselheira política e cultural. Inicialmente, aprendeu a traduzir do maia para o náuatle e, a seguir, do náuatle para o espanhol graças aos contatos que teve com os conquistadores anteriores na costa leste da península de Iucatã. Mesmo nascida índia, Marina “tornou-se mexicana” por ter posto em prática aquilo que milhões de descendentes seus passaram a fazer desde então: procurar e achar soluções individuais para problemas coletivos. No caso, os dois termos foram ampliados ao extremo. A solução individual resultou em dormir com o inimigo, e o problema coletivo foi nada menos que o cataclismo que atingiu Tenochtitlán e toda a região que hoje conhecemos como México quando foram conquistados e dizimados pelos espanhóis. La Malinche simplesmente usou seu talento e charme consideráveis para fazer da necessidade uma virtude e se livrar esplendidamente de uma grande enrascada.

Outros mexicanos seguiram-lhe os passos nos séculos subsequentes, embora raramente com o mesmo sucesso ou cinismo.

O COMO E O PORQUÊ DO INDIVIDUALISMO MEXICANO

A conclusão óbvia desse enigma esportivo é que os mexicanos são altamente individualistas nas realizações atléticas, destacando-se na competição pessoal, mas fracassando pateticamente nos esportes associativos.* Entretanto, esse comportamento se encontra tanto no esporte quanto em múltiplos empreendimentos de natureza parecida. Os mexicanos tendem a ter um desempenho medíocre nos esforços coletivos e a resistir a qualquer tipo de ação coletiva. Mas talvez tenhamos razão: como observou um aluno mexicano em uma aula que ministrei na Universidade Rice há alguns anos, quando mencionei essa correlação acientífica, é possível que façamos bem em nos distanciar dos exercícios coletivos. Nossos esforços coletivos — a luta pela independência entre 1810 e 1821, a Revolução Mexicana de 1910-7, o movimento estudantil de 1968 e até mesmo a transição democrática de 2000 — não foram sucessos retumbantes. Para que insistir no fracasso?

Villoro especula que nós sobressaímos em tarefas que exigem solidão e sofrimento, como a literatura e o tae kwon do. Pode ser que tenha razão, mas essa afirmação impõe a pergunta: por que os mexicanos são solitários e desejam a solidão? Talvez a resposta inicial tenha mais a ver com a questão de ação individual versus coletiva e com a peculiar versão mexicana do dilema do presidiário. Trata-se, como sabe a maioria dos segundanistas de economia,

* Convém recordar que a palavra “soccer” (futebol em inglês) provém de “association football” [futebol de associação], isto é, trata-se de um esporte coletivo por definição.

de uma metáfora muito usada na teoria dos jogos e na microeconomia para ilustrar as contradições da ação coletiva (se, para dois ou três presos, é preferível colaborar e aumentar a chance de um acordo medíocre em termos de sua eventual libertação ou se vale mais cada qual trabalhar sozinho para fugir ou ser posto em liberdade, com pouca chance de um resultado muito melhor). A reação mexicana é a alegoria clássica dos caranguejos no balde, que também deve existir ou se aplicar a outros países, mas que todo habitante do México, jovem ou velho, conhece muito bem e cita incessantemente. Dizem que os mexicanos são como caranguejos presos num balde, todos tentando fugir do eterno cativeiro; quando um deles acaso consegue chegar à borda da liberdade e da sobrevivência, é puxado para baixo por um de seus irmãos; mais vale vê-lo morrer com os outros que viver sem ele. Embora a parábola possa ser interpretada de modo contrário, refletindo a ação coletiva mexicana contra o caranguejo individual que se torna objeto da proverbial inveja mexicana de seu sucesso, provavelmente é mais correto ver nela uma expressão do individualismo.

Essa aversão ou desconfiança da ação coletiva não é meramente anedótica nem uma ficção de psicanálise barata. Agora que a nação emergiu do sistema político autoritário do passado e integrou mais fortemente sua economia à dos Estados Unidos, a filiação sindical, por exemplo, recuou extraordinariamente, embora fosse uma parte integrante do aparato clientelista do antigo regime de partido único do Partido Revolucionário Institucional (PRI) e geralmente obrigatório, assim como vantajoso para os trabalhadores. É muito mais baixa que os níveis atuais em outras sociedades latino-americanas, como a Argentina, o Brasil, a Bolívia e o Chile, e mais próxima da de países como os Estados Unidos; de 1995 ao fim da antiga era, até 2006, caiu de 22% do conjunto dos trabalhadores para 16%, ao passo que todos os países do resto da América Latina estavam próximos de 20%.⁷ Do mesmo modo, a

propensão da sociedade civil mexicana à participação em qualquer tipo de associação — beneficente, religiosa, comunitária, educacional — é lamentavelmente inferior à das outras nações da região. No México, em 2009, com uma população de 110 milhões, o Centro de Filantropia contava 10 704 organizações sem fins lucrativos formalmente registradas, das quais cerca da metade gozava do status de isenção fiscal (isto é, as doações feitas a elas podiam ser deduzidas da renda tributável); as cifras equivalentes na Colômbia correspondiam a mais que o dobro, com menos da metade da população do México.⁸ O motivo pode ser, em parte, o ceticismo mexicano no tocante ao uso de seu dinheiro, que nem sempre é tão filantrópico quanto prometido. Conforme o Center for the Study of Civil Society, da Universidade Johns Hopkins, a nação com mais elevada porcentagem de doações caritativas no mundo, como percentual do PIB, são os Estados Unidos, com 1,85%; países latino-americanos como a Argentina, a Colômbia, o Brasil e o Peru estão na categoria média (excluindo-se as doações a igrejas). E, numa lista de quarenta sociedades em todo o mundo, o México ficou em último lugar, com 0,04% do PIB.⁹

Nos Estados Unidos, há aproximadamente 2 milhões de instituições da sociedade civil, ou uma para cada 150 habitantes; no Chile, 35 mil, ou uma para cada 428 chilenos; no México, há somente 8500, ou uma para cada 12 mil, segundo o intelectual mexicano Federico Reyes Heróles, sendo de longe mais numerosas as de tipo religioso. Nos Estados Unidos, um de cada dez empregos situa-se no chamado terceiro setor (ou sociedade civil); no México, o número equivalente é um em cada 210 empregos.¹⁰ Em pesquisas feitas em 2001, 2003 e 2005 sobre a cultura política no México, uma constante de 82% dos entrevistados afirmou que nunca havia trabalhado formal ou informalmente com outros para resolver seus problemas comunitários.¹¹ Em outra série de levantamentos já citada, referente aos mexicanos e aos valores mundiais,

detectou-se uma correlação robusta e inversa entre a felicidade dos mexicanos (que aumentou consideravelmente entre 1990 e 2003) e sua participação em algum tipo de instituição. Nas palavras de uma das pesquisas em questão,

quanto mais o mexicano ingressa em uma instituição ou participa de algum tipo de associação, tanto menor é a probabilidade de ele se sentir feliz [...]. Os estudos referentes a valores concluem constantemente que a sociedade mexicana é extremamente difícil de se organizar.¹²

Como em todas essas sondagens, correlação não implica necessariamente causalidade, mas há uma possibilidade razoável de que as duas atitudes — felicidade e individualismo — estejam ligadas, em uma direção ou em outra.

A situação não é diferente na política. Quando aos mexicanos era negado o real e verdadeiro direito de voto (isto é, eleições em que o vencedor recebesse o maior número de votos; e o perdedor, o menor), ou seja, até 1989 — e muitos diriam até 1994 —, as estatísticas de participação eleitoral não tinham sentido. Mas, de lá para cá, elas continuam tristemente baixas, chegando ao índice médio de escassos 60% nas eleições presidenciais e de cerca de 45% nas parlamentares. Pode-se dizer que esses dados são perfeitamente comparáveis aos dos Estados Unidos, mas acontece que os americanos não começaram a desfrutar do direito de voto, pela primeira vez na história, menos de vinte anos atrás. E esses números não são aceitáveis no hemisfério, no qual quase todos os países têm cifras iguais ou melhores, seja no caso de nações com antigas tradições democráticas como Uruguai, Costa Rica e Chile (com exceção do período Augusto Pinochet), seja em países só recentemente expostos às alegrias e agruras da política democrática, como os que constituem a América Central, ou Peru, Bolívia,

Argentina e Brasil. Em todas essas sociedades, a participação nas eleições presidenciais supera regularmente os 70% e muitas vezes chega aos 80%, independentemente de o voto ser obrigatório (Argentina e Brasil), de o registro ser obrigatório (Chile) ou de ambos serem simplesmente voluntários (Colômbia).

Prevalece uma situação paralela naquela que devia ser uma das atividades mais coletivas da vida de qualquer mexicano: a religiosa. As pesquisas detectaram certo retorno à espiritualidade na última década do século xx e nos primeiros anos do atual. Mas isso não se traduz numa disposição maior a ir à missa ou a qualquer outro culto. Pelo contrário, as pessoas frequentam a igreja cada vez menos. Isso levou os pesquisadores a concluir que “o mexicano da década de 1990 e da virada do século se voltou a Deus individualmente, não por intermédio de sua comunidade religiosa [...]. Trata-se de uma fé individualista”.¹³ Nem sempre foi assim, sobretudo quando a maioria dos mexicanos morava na aldeia, nem para todo mundo. Tradicionalmente, as mulheres assistiam à missa mais assiduamente que os homens, e a soma dos dois podia ser vista como um todo coletivo. Mas hoje, nas cidades, se ir à igreja é um sintoma de organização da sociedade civil, o México não passa na prova.

É claro que essas são explicações históricas de uma característica peculiar da sociedade civil mexicana, a qual não conduz necessariamente à especulação cultural. No período colonial, entre 1519 e 1821 (quando se chegou realmente à independência da Espanha, embora o Dia da Independência comemore o início da luta em 16 de setembro de 1810), o México era a joia da Coroa colonial espanhola. Era o maior vice-reinado espanhol do hemisfério, estendendo-se do sul do Oregon ao atual Panamá. Era a sociedade mais populosa e, até certo ponto, juntamente com o Peru, o Equador, o sul do Chile e parte da Bolívia, a única sociedade verdadeiramente mestiça da América espanhola, com uma população preexistente

da qual pelo menos uma parte sobreviveu. Também era a mais rica, apesar da prata do Alto Peru, como se chamava a região que abrangia as minas de Potosí e Oruro na Bolívia atual. Consequentemente, o México possuía as mais fortes estruturas coloniais em termos políticos, legais, militares e religiosos, devendo este último ponto ser nuançado pela ausência de separação entre Igreja e Estado na Nova Espanha.

Havia uma verdadeira administração colonial na Nova Espanha, isto é, havia um Estado, se bem que precaríssimo, como revelaria a independência. O México levou boa parte do século XIX construindo uma aparência de governo, ainda que autoritário, corrupto e, pelo menos até o advento da ditadura de Porfirio Díaz em 1876, instável. Mas existia um Estado que, aliás, travou três guerras estrangeiras (contra o Texas em 1836, contra os Estados Unidos em 1847 e contra os franceses em 1862) e uma guerra civil, entre 1863, quando os franceses partiram, e 1867, quando o imperador Maximiliano de Habsburgo foi executado em Cerro de las Campanas ou Monte dos Sinos, nas imediações de Querétaro, por ordem do presidente Benito Juárez.

Em termos comparativos, esse Estado era forte em relação a outros da América Latina ou ao que emergiu da luta pela independência, embora decerto fosse fraco a partir de uma perspectiva absoluta. Muito fortalecido pelo porfiriato, como depois ficaram conhecidos os 34 anos de regime autoritário de Porfirio Díaz, suas estruturas foram destruídas pela Revolução Mexicana, que começou como uma insurreição política no fim de 1910 e logo se transformou em uma revolta social e econômica. Mas o Estado que surgiu da Revolução, como o elaborou a Constituição de 1917 e o sustentou a fundação de um partido único que governaria o México durante setenta anos depois de 1929, pelo menos ficou mais fortalecido. O Estado, o sistema político e o partido, que se tornaram conhecidos como um regime corporativista porque “incorporava”

tudo e todos em seu bojo — o Exército, os sindicatos, a comunidade empresarial, a imprensa, até a oposição e, implicitamente, a Igreja e os Estados Unidos —, imobilizou e reprimiu a sociedade civil. Fora do Estado, de 1929 em diante, era pouquíssimo o que havia; por vezes, nada. Mas não se tratava de um desenvolvimento recente; remontava pelo menos à conquista e, na verdade, ao império asteca anterior, já que uma teocracia militarista que oprimia e explorava os povos vizinhos era obrigada a erigir um Estado forte para desfrutá-lo. Devido à sua sofisticação e violência, à teocracia e ao domínio das culturas/civilizações/tribos vizinhas, o império asteca era um Estado fundamental sobre o qual os espanhóis construíram seu próprio império.

De modo que não há nada de surpreendente no fato de hoje, depois de quase quinhentos anos de Estado forte, a sociedade civil ser fraca. Por essa perspectiva, os mexicanos são desorganizados, salvo em circunstâncias excepcionais (por exemplo, no socorro às vítimas de um terremoto), porque, tautologicamente, não são organizados, e não o são porque um Estado perene, todo-poderoso, esmagador os excluiu. O Behemoth hobbesiano (inconfundível nos tempos coloniais, pelo menos depois das reformas bourbonísticas do século XVIII) simplesmente nunca deixou a sociedade civil florescer, e, na ausência de uma sociedade civil organizada, as pessoas ficam sozinhas. E quando isso acontece durante séculos, elas acabam se acostumando e persistindo indefinidamente nesse costume, até que ocorra algo que as faça mudar. Isso não ocorreu no México, e, assim, os modos do passado continuam. Como veremos mais adiante, esses modos — a corrupção, o fisiologismo, o desprezo às leis — persistem e datam daquela época.

Alguns estudiosos, como Carlos Forment, argumentam que, em comparação com países como o Peru, havia uma sociedade civil mais vibrante no México da primeira metade e do último terço do século XIX. Ele apresenta estatísticas interessantes acerca

do número de associações cívicas e econômicas criadas no país entre 1826 e 1856, e novamente na segunda metade do século. No entanto, cabe indagar se o número, a duração e a intensidade das práticas associativas, nas sociedades civil e econômica, chegaram a compensar o poder esmagador do Estado e se a desinclinação mexicana a “praticar a democracia na sociedade política” não se estendeu à sociedade civil.¹⁴

Poderíamos complementar esta explanação histórica com uma econômica e política atual. Qualquer outra coisa que se possa dizer sobre a conquista, a mestiçagem e o domínio colonial em outro lugar ou em abstrato, no caso do México, foi o que levou à criação e à perpetuação de uma extraordinária concentração da riqueza e, conseqüentemente, do poder. Havia duas formas de capital cobiçadas pelos espanhóis que desembarcaram no território que eles chamaram de Veracruz em 1519: terra cultivável e minas. Estas não tardaram a ser controladas pela Coroa, pela Igreja e por grandes proprietários que, mediante o sistema de *hacienda*, mantinham os conquistados vivos, trabalhando, sem se rebelar e sem cometer suicídio coletivo nem precisar ser substituídos por escravos da África. Os conquistadores e seus herdeiros apropriaram-se de tudo quanto valia a pena se apropriar, uma concentração de riqueza que, por sua vez, gerou uma centralização igualmente impressionante do poder político, intelectual e religioso. A independência eliminou a Coroa, mas a simbiose entre o poder, a Igreja e a terra continuou intacta e irresistível até o início da separação entre a Igreja e o Estado, com o movimento de 1857 dirigido por Juárez e conhecido como La Reforma, e até a fragmentação de alguns imensos latifúndios ou *haciendas* durante a Revolução. Segundo Sebastian Edwards, no início do século xx havia aproximadamente 20 mil bancos nos Estados Unidos; no México, apenas 42, “todos com poder monopolístico, auferindo lucros gigantescos e oferecendo um limitado suprimento de crédito”. Pior ainda: “Em

1910, só 2,4% dos chefes de família, no México rural, possuíam terra; aproximadamente 19% das famílias rurais argentinas possuíam terra em 1895. Em contraste, em 1900, quase 75% dos chefes de família rurais dos Estados Unidos possuíam terra¹⁵. Ora, a sociedade civil não tinha como emergir ou florescer: faltavam-lhe base material, contexto político e ordem jurídica em que se apoiar, crescer e medrar. Faltava-lhe uma via disponível à ação coletiva fora do Estado, inclusive em termos econômicos ou políticos; a sociedade civil era, na melhor das hipóteses, frouxa e impotente; na pior, simplesmente inexistente.

Mas, como sabiam pelo menos intuitivamente que era assim, todos tratavam de se ajustar. À medida que passavam a existir como entidade coletiva e como nação, os mexicanos procuravam soluções individuais, familiares, comunitárias ou locais para os dilemas coletivos, políticos ou nacionais. É verdade que uma tradição algo associativa perdura no campo mexicano, desde o *tequio*, principalmente em Oaxaca, Guerrero e Puebla, até os *ejidos* coletivos em algumas regiões. Mas, ao que tudo indica, ela jamais contrapôs o apego individual à terra que descreveremos abaixo, e, seja como for, está desaparecendo juntamente com a vida aldeã como um todo. Hoje em dia, conforme as pesquisas, nove em cada dez mexicanos acreditam que “se você não se cuidar, os outros tiraram proveito”.¹⁶ Alguns buscaram a solução entrando no Estado; outros, deixando o país; e outros ainda, recolhendo-se no passado e nos modos do passado. John Womack talvez tenha formulado isso da maneira mais brilhante ao descrever o herói revolucionário Emiliano Zapata em sua biografia definitiva:

Este é um livro sobre gente do campo que não queria se mudar e, por isso, entrou numa revolução. Eles não esperavam um destino tão estranho. Contra ventos, marés, agitadores de fora ou relatos de pastagens mais verdes em outro lugar, insistiam unicamente em

ficar nas cidadezinhas onde tinham sido criados e onde, antes deles, seus ancestrais viveram e morreram durante séculos — no pequeno estado de Morelos, no centro-sul do México.¹⁷

E, pode-se acrescentar, seu movimento dependia totalmente de Zapata; sem ele, se extinguiria, pois se tratava do movimento de um líder, que ainda é conhecido como El Caudillo del Sur: o caudilho do Sul.

Como escreveu na década de 1940 Jorge Portilla, um dos poucos intelectuais do país a tentar conceituar seus insights acerca da alma mexicana: “Nossa história é a de alguns indivíduos notáveis que, de quando em quando, se alçam acima do pântano calmo da silenciosa luta política intestina. É a história das ações dos *caudillos* e de seus seguidores pessoais”.¹⁸ A maioria dos heróis mexicanos reflete essa tendência, da qual Portilla tirou conclusões diferentes das aqui esboçadas (ele não acreditava no individualismo mexicano). Embora venha sendo dada muita atenção ao surgimento de um movimento popular indígena em toda a América Latina a partir de 1992, e embora Evo Morales da Bolívia seja invariavelmente mencionado como o primeiro chefe de Estado “índio” da região, os mexicanos sabem desde a infância que isso não é verdade.

Benito Juárez era um índio zapoteca de Oaxaca que chegou à presidência em 1856, empreendeu La Reforma em 1857, liderou a luta contra os franceses e Maximiliano na década de 1860 e ficou no poder até a morte, em 1872. Mas ele foi o único presidente do México — com a discutível exceção de Porfirio Díaz, seu sucessor quase imediato, também de pele escura e de Oaxaca, mas não um índio puro-sangue como Juárez — a possuir esses traços mexicanos arquetípicos, o único representante dos povos indígenas que chegou a tal status. Mas sua glória e seus feitos como camponês humilde de uma das regiões mais pobres do México eram

exclusivamente dele, não o resultado de um amplo movimento coletivo que tivesse levado seu povo (indígena) à emancipação, ao orgulho e ao fortalecimento. Sua meta não era reforçar ou ampliar a identidade índia, e sim levar a “civilização ocidental” ao México. Daí o comentário de Portilla:

Nós, mexicanos, não acreditamos no liberalismo tanto quanto em Juárez; na ordem e no progresso tanto quanto em Porfirio Díaz; na reforma agrária e no movimento trabalhista tanto quanto em Zapata e Cárdenas; e o liberalismo, a ordem e o progresso, a democracia, a terra e a reforma trabalhista não existem se não existirem Juárez, Díaz, Francisco Madero, Emiliano Zapata e Cárdenas [...]. No México, a adesão ao *caudillo* é a adesão a um homem, não a um mito.¹⁹

Um dos predecessores de Portilla, Samuel Ramos, em seu clássico *El perfil del hombre y la cultura en México*, rastreia o individualismo até os espanhóis, citando Salvador de Madariaga:

O espanhol se rebela contra qualquer restrição imposta pela vida coletiva e é conseqüentemente um individualista. De fato, o individualismo é a nota predominante em todas as fases da história espanhola. Por exemplo, a conquista da América na realidade não foi obra da Espanha como nação, mas uma realização de aventureiros individuais que agiam por iniciativa própria. [E] o espanhol na América era tão individualista quanto seu irmão europeu.²⁰

Seria não só um exagero como também uma tolice insinuar que os mexicanos têm fraco desempenho nos esportes de equipe por causa da conquista, do domínio colonial e do PRI. Do mesmo modo, seria inútil dar excessiva importância a algo que não passa de uma anedota. Somos bons em equitação e marcha atlética e

péssimos em voleibol, mas e daí? Na verdade, a causalidade é inversa. O PRI, o domínio colonial tal como se desenvolveu e durou quase quatro séculos e a própria conquista (que podia não ter ocorrido, não fossem a divisão das sociedades que acolheram os espanhóis e o gênio político de Hernán Cortés) são mais provavelmente o resultado de uma rejeição individual da ação coletiva. Essa rejeição está profundamente arraigada na cultura, dir-se-ia quase no “DNA” ou no “chip” da civilização sofisticada, violenta e hierárquica presente naquilo que viria a ser a Nova Espanha e, posteriormente, o México. E se saltarmos dos mexicanos mais antigos para os mais modernos, isto é, para os que trabalham e moram nos Estados Unidos e, de um jeito ou de outro, são obrigados a se adaptar aos costumes da sociedade mais “moderna” do mundo, esse individualismo é mais onipresente do que nunca.

Não menos que em seu país, os mexicanos dos Estados Unidos se defendem sozinhos. Relacionam-se com os parentes que ficaram na terra natal, telefonando regularmente e enviando dinheiro; raramente, se é que chegam a tanto, se engajam em qualquer tipo de ação coletiva fora dos jogos de futebol nos fins de semana ou dos chamados clubes locais ou “*clubes de oriundos*”, frequentados por uma minoria insignificante dos 12 milhões a 13 milhões de mexicanos natos residentes nos Estados Unidos. A família conta; os esforços grupais, não. Quase todas as iniciativas coletivas (o Programa para as Comunidades Mexicanas no Estrangeiro, o Instituto dos Mexicanos no Exterior, o Programa Três por Um) fracassaram ou foram assoladas por divisões, lutas internas ou politização. Existem algumas associações mutualistas, assistenciais, como as que surgiram nos Estados Unidos durante as ondas de imigração anteriores, legais ou não. Há até organizações gangsterísticas, como as que protegiam e exploravam italianos, judeus, chineses e outras colônias, por vezes nas piores circunstâncias concebíveis, porém, mesmo assim, isso veio a ser um

terreno fértil para os sindicatos e partidos políticos locais, assim como para outras iniciativas coletivas. Os salvadorenhos formaram a quadrilha Mara Salvatrucha em Los Angeles e Washington, ao passo que os dominicanos criaram seus esquemas de proteção nas bodegas de Washington Heights, na cidade de Nova York. Alguns mexicano-americanos da segunda geração podem até recorrer a organizações criminosas, mas os recém-chegados não têm nada além do talento individual, da perseverança, do engenho e da ambição incríveis.

No entanto, uma vez mais, tal como os caranguejos no balde, eles geralmente preferem rejeitar o seu igual bem-sucedido a emulá-lo e apoiá-lo. Aqui encontramos parte da explicação para uma característica de resto inexplicável da comunidade de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos: suas divisões intermináveis, acrimoniosas, autoflageladoras. Política, jurídica, regional e socialmente, a comunidade é fragmentada, atomizada e polarizada. Toda vez que se empreende algum tipo de eleição ou ação unificadora, ela desanda em recriminações, acusações de trapaça e manipulação, novas divisões e facções e uma infinidade de queixas, não importa quem sejam os organizadores. Poucas coisas se revelaram tão frustrantes para os políticos do novo México democrático do que fazer campanha entre os expatriados ao norte da fronteira. Simplesmente não há meio de uni-los, mesmo quando suas famílias, no país, parecem ter superado os litígios locais.

Esse traço arquetípico do caráter nacional do México, também confirmado pelo acúmulo de dados de todos os tipos de pesquisa nos últimos anos, é um contrassenso. Não se sustenta por si só, mas é imposto por outros fatores e pode se opor de maneira superficial aos feitos do país em múltiplos empreendimentos. O coletivo ocupa tradicionalmente uma plataforma singular e elevada na iconografia do México ou no imaginário social que mexicanos e estrangeiros têm erigido em relação ao país, a seu

povo e suas raízes. Essa plataforma se estende do Arquivo Fotográfico Casasola, com imagens icônicas de *indivíduos* heroicos ou do dia a dia, a *Qué Viva México!*, de Sergei Eisenstein, de John Reed a César Chávez, dos murais e das pinturas de cavalete de Diego Rivera e José Clemente Orozco às descrições de Graham Greene de ações anticlericais ou criminosas, à pesquisa e às descobertas de Oscar Lewis a respeito das famílias mexicanas. As cenas de multidão da época do diretor soviético no México, as descrições de movimentos de massa nas aventuras jornalísticas iniciais de Reed e a forma como os muralistas mexicanos, desde Detroit, Dartmouth e o Museum of Modern Art de Nova York, até o destruído mural original de Rivera no Rockefeller Center, todos retratam pelo menos em parte a forte presença do coletivo na realidade mexicana. As massas ocupam o centro do palco. Mesmo nas versões estereotipadas e racistas da vida mexicana de Lou Dobbs, as massas são decisivas: milhões de mexicanos desbordando a fronteira, determinados a “destruir” os valores e as leis americanas. Na opinião consciente de seus retratistas, o México é um país de muitos agindo em conjunto. Os próprios mexicanos, assim como os observadores internacionais da realidade mexicana, tendem a enfatizar o coletivo naquilo que enxergam, ouvem, acreditam e entendem do país; isso pareceria ser o modo natural, intuitivo, de contemplar um país em que as massas, alegadamente, sempre são centrais. Não quaisquer massas: as massas “sofredoras”, ainda que “rebelde”.

E, no entanto, até na celebração icônica da história e da cultura mexicanas, o indivíduo sempre se destaca, talvez subconscientemente. Há o Prometeu de Orozco no refeitório de Pomona, Califórnia; uma longa série de retratos individuais de mexicanos e personalidades internacionais no mural de Orozco na New School; o culto de Rivera a Trótski e, em última instância, a Stálin; as obras-primas de residências mexicanas do arquiteto Luis Barragán,

muito mais que na arquitetura para a comunidade (ele não era nenhum Le Corbusier coletivista, embora arquitetos como Mario Pani, Teodoro González de León e Ricardo Legorreta tenham se engajado em “obras públicas”), sem falar no talento extraordinário dos músicos e dos artistas plásticos modernos do México. O indivíduo é rei. O México não tem conjuntos musicais nem orquestras mundialmente famosos, mas sua música inundou a América Latina e os Estados Unidos como nenhuma outra do exterior. Seus astros são individuais e sempre atuam assim. É impensável um concerto coletivo de músicos mexicanos — Juan Gabriel, os Tigres del Norte, Luis Miguel, Armando Manzanero, Selena à sua maneira e, muito antes, Los Panchos — como nos festivais brasileiros da década de 1960 até o início da de 1980.* Uma versão mexicana do evento de Ravi Shankar e George Harrison em apoio à independência de Bangladesh em 1971, ou os concertos de Sir Bob Geldof e Bono contra a pobreza na África, ou o esforço conjunto de Peter Gabriel, Sting e Bruce Springsteen pelos direitos humanos e contra a aids são simplesmente inconcebíveis no México. Um *remake* aguado só ocorre quando as redes de televisão que são “donas” dos músicos os instruem para que façam uma apresentação beneficente ou coisa que o valha.**

* Em 2010, os cineastas Renato Terra e Ricardo Calil fizeram um filme intitulado *Uma noite em 67* sobre o concerto talvez mais importante da época. Entre os participantes estavam Chico Buarque e o MPB4, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Os Mutantes, Edu Lobo, Roberto Carlos e Sérgio Ricardo.

** Em 2001, houve algumas exceções consistentes em concertos de rock organizados pelo governo em prol da “paz em Chiapas”. Mas tratou-se muito mais de uma operação governamental do que de qualquer outra coisa. A única exceção real foi o festival de rock de Avándaro em 1971; os músicos eram na maior parte mexicanos, e os conjuntos participantes foram Los Dug Dug’s, El Epílogo, La División del Norte, Los Tequila, Peace and Love, El Ritual, Los Yaki, Bandido, Tinta Blanca, El Amor e Three Souls in My Mind. O evento não teve conotação política.